

**IMPARIDADES E OS VALORES CONTABILÍSTICOS DE GRAY: ESTUDO
EMPÍRICO DE EMPRESAS NÃO COTADAS EM PORTUGAL¹**

***IMPAIRMENT AND VALUES OF ACCOUNTING GRAY: EMPIRICAL STUDY OF
NOT LISTED COMPANIES IN PORTUGAL***

***DETERIORO Y VALORES DE CONTABILIDAD GRAY: ESTUDIO EMPÍRICO DE
LAS SOCIEDADES ANÓNIMAS NO COTIZADAS EM PORTUGAL***

Carlos Quelhas Martins, Bacharel em Contabilidade e Administração e Licenciado em Gestão Financeira pelo Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto (ISCAP), Mestre em Contabilidade e Auditoria pela Universidade Aberta e Doutor em Gestão, vertente Contabilidade, na Universidade Portucalense. Endereço Profissional: Rua Ramalho Ortigão, 104 C. C. Pescador Loja 14, 4490-678, Povia de Varzim, Portugal. Telefone: +351 919460591. E-mail: carlosamartins@net.sapo.pt.

Eduardo Sa e Silva, Professor Doutor do Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto (ISCAP). Endereço Profissional: Rua D. João IV, 654 - 4º Esq. Traz - 4000-299 Porto, Portugal. Telefone: +351 962874725. E-mail: edur.silva@iol.pt.

Andreia Taveira da Gama, Professora Doutora do Instituto Superior de Engenharia do Porto (ISEP). Endereço Profissional: Rua São Tomé, 4200-485, Porto, Portugal. Telefone: +351 228340500. E-mail: atg@isep.ipp.pt.

RESUMO

Esta investigação tem por principal objetivo evidenciar a presença dos valores contabilísticos de Gray em Portugal, nomeadamente através da obtenção de uma correspondência entre os valores do conservadorismo e do secretismo em termos do reconhecimento, mensuração e da divulgação, relacionados com as Perdas por Imparidade. O estudo baseou-se na análise de conteúdo do relato financeiro publicado pelas entidades através da IES no que diz respeito ao reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas por imparidade, na ligação do tema com dois dos valores contabilísticos propostos por Gray (1988), nomeadamente, o conservadorismo e o secretismo. A referida análise centrou-se na verificação da existência de possíveis diferenças significativas, por um lado, e de um eventual relacionamento, por outro, no que diz respeito a tais aspetos, consoante a dimensão, o endividamento, o *ebit*, a rendibilidade e a obrigatoriedade de certificação legal das contas das entidades que compõem a população deste estudo. Os resultados encontrados sugerem um apoio menos fortalecido para a hipótese do conservadorismo em Portugal, na medida em que o reconhecimento de perdas por imparidade mostrou-se mais recorrente nas entidades de maior dimensão, em função do *ebit* e nas entidades obrigadas a certificação legal das contas. Relativamente ao valor contabilístico do secretismo, também o fator dimensão, o *ebit* e a obrigatoriedade de certificação legal das contas mostrou uma associação mais fortalecida no que diz respeito à

¹ Artigo submetido em 26/02/2014, revisões requeridas em 03/03/2014, aceito em 13/04/2014 e divulgado em 01/05/2014 pelo Editor João Carlos Hipólito Bernardes do Nascimento, após *double blind review*.

divulgação relacionados com as perdas por imparidade. Os resultados deste estudo encontram assim um apoio menos fortalecido de secretismo em Portugal relativamente à informação divulgada no relato financeiro através da IES do reconhecimento de perdas por imparidade. Os resultados encontraram então um razoável apoio para o secretismo e o conservadorismo, sugerindo uma reclassificação do país ou a redefinição de tais valores.

Palavras e expressões-chave: imparidade, reconhecimento, divulgação, conservadorismo e secretismo.

ABSTRACT

This research aims to show the presence of Gray accounting values in Portugal, namely through the correspondence of conservatism and secrecy in terms of the recognition, measurability and disclosure of information about impairment losses. This evidence will be analyzed with association of the dimension, debt, ebit, profitability and the Legal Accounting Certification of the sample. In order to do so we will see if there are significant differences and significant relationships between the recognition of impairment losses, net imparities, impairments disclosure and these companies characteristics. The results show less support to the conservatism accounting value than the Gray Model. The recognition of impairment losses and net imparities are more frequent on bigger companies, with bigger ebit and finally in companies that have Legal Accounting Certification. On the other hand we find no evidence to support differences and relationships between the impairment recognition and debt and profitability variables. Concerning the secrecy accounting value, the dimension factor and the obligation of legal certification show a stronger relationship with the impairment disclosure than with debt or profitability. The results find less support to the secrecy accounting value in Portuguese companies when the disclosure of information about impairment losses is concerned. The research results show a reasonable support to the conservatism and secrecy, and a suggestion to review the classification of Portugal in terms of Gray accounting values or to review these studied values.

Key-words: *impairment losses, impairment recognition, disclosure, conservatism, secrecy.*

RESUMEN

Esta investigación tiene el objetivo principal de verificar la presencia de los valores contables de Gray en Portugal, en particular mediante la obtención de una correspondencia entre los valores del conservadurismo y el secreto en términos de reconocimiento, valoración e información relacionada con las pérdidas por deterioro. El estudio se basó en el análisis de contenido de la información financiera de las entidades publicadas por el IES con respecto al reconocimiento, medición y revelación de las pérdidas por deterioro, el enlace a la canción con dos de los valores contables propuestos por Gray (1988), a saber, el conservadurismo y el secreto. Este análisis se ha centrado en la verificación de la existencia de posibles diferencias, por un lado, y una posible relación, en segundo lugar, con respecto a tales aspectos, dependiendo del tamaño, la deuda, el ebit, rentabilidad y obligatoria certificación legal de las cuentas de las entidades que conforman la población de estudio. Los resultados sugieren un menor apoyo más fuerte para la hipótesis del conservadurismo en Portugal, en la que el reconocimiento de las pérdidas por deterioro y deterioro neto fue más recurrente en las entidades más grandes, dependiendo de los órganos ebit y certificación requeridos cuentas reglamentarias. Con respecto al valor contable de secreto, también el factor de escala, el ebit y certificación legal obligatoria de cuentas mostraron una asociación más

fuerte con respecto a la información relativa a las pérdidas por deterioro. Los resultados de este estudio son por lo tanto menos fortalecido el apoyo del secreto en Portugal en relación con la información revelada en los informes financieros por el reconocimiento de las pérdidas por deterioro del IES. Los resultados a continuación, encontraron apoyo razonable para el secreto y el conservadurismo, lo que sugiere una reclasificación del país o la redefinición de estos valores.

Palabras clave: *reconocimiento del deterioro, la divulgación, el conservadurismo y el secreto.*

1 INTRODUÇÃO

Portugal adotou o novo modelo de normalização contabilística designado por Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, com entrada em vigor a partir de 01 de janeiro de 2010, que veio trazer à comunidade técnica uma nova realidade contabilística e de relato financeiro.

Trata-se de um modelo de normalização assente mais em princípios do que em regras explícitas e que se pretende em sintonia com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e adotadas pela União Europeia (UE), bem como com a Quarta e Sétima Diretiva.

Dos vários fatores apontados como causa das diferenças internacionais, a cultura tem sido aquele que tem merecido, nos tempos mais recentes, especial atenção dos investigadores que se debruçam sobre as influências ambientais sobre a prática e os sistemas contabilísticos. Desde as hipóteses lançadas pelo Modelo de Gray (1988), apontado como pioneiro neste campo de investigação, numerosos estudos surgiram na tentativa de analisar a relação entre os valores culturais e o julgamento profissional, quer na ótica dos preparadores da informação (CHANCHANI; WILLETT, 2004; FAH, 2008; OLIMIDT; CALU, 2007; TSAKUMIS, 2007) quer na ótica dos revisores da informação (GUL; TSUI, 1993; HOPE; KANG; THOMAS; YOO, 2008; OBAIDAT, 2007).

Neste sentido, enquadra-se os motivos que cercam o reconhecimento e métodos de mensuração das imparidades associados à relevância nas contas das entidades. O conceito de perda por imparidade passou a fazer parte do quotidiano contabilístico da generalidade das empresas portuguesas, a partir do passado dia 1 de janeiro de 2010, decorrente da entrada em vigor do Sistema de Normalização Contabilística (SNC). Contudo, o conceito não é novo e já constava em POC, embora a sua menção não fosse efetuada de forma direta.

Pode-se então definir Perda de Imparidade, como o excedente da quantia escriturada de um ativo em relação à sua quantia recuperável, conforme § 4 da NCRF 12. Verifica-se, assim, que o conceito, resulta da tradução da expressão inglesa "*impairment*", e teve a sua origem nas normas internacionais de contabilidade (IAS/IFRS), IAS 36 – *Impairment of Assets*, emitidas pelo IASB.

Segundo o §1 da NCRF 12, é objetivo desta Norma prescrever os procedimentos que uma entidade deve aplicar para assegurar que os seus ativos sejam escriturados por não mais do que a sua quantia recuperável. Um ativo é escriturado por mais do que a sua quantia recuperável se a quantia escriturada exceder a quantia a ser recuperada através do uso ou da venda do ativo. Se este for o caso, o ativo é descrito como estando com imparidade e a Norma exige que a entidade reconheça uma imparidade. A Norma também especifica as

circunstâncias em que uma entidade deve reverter uma perda por imparidade e prescreve divulgações.

Esta investigação tem como objetivo principal evidenciar a presença dos valores contabilísticos de Gray em Portugal, nomeadamente através da obtenção de uma correspondência entre os valores do conservadorismo e do secretismo em termos do reconhecimento, mensuração e da divulgação das Perdas por Imparidade.

Tais problemáticas têm despertado a atenção de numerosos investigadores no campo da Contabilidade (ALCIATORE, 1998; BORKER, 2013; BUNSI, 1997; CHEN, 2008; ELLIOT; SHAW, 1988; KVAAL, 2005; SALTER; LEWIS, 2011; STRONG; MEYER, 1987; ZUCCA; CAMPBELL, 1992) com particular incidência no final dos anos 80 do século passado, e desde então até aos nossos dias. As mudanças no âmbito internacional em consequência da globalização, e, diretamente relacionada com esta, da harmonização internacional da contabilidade, vieram trazer ainda mais interesse ao tema, sendo certo que os impactos da contabilidade transcendem, cada vez mais, as fronteiras nacionais.

Em função do Modelo original de Gray (1988) e dos estudos acerca dos valores contabilísticos, Portugal é enquadrado nesse âmbito, nomeadamente como fazendo parte dos países latinos menos desenvolvidos, logo como um país com elevados níveis de controlo estatutário, uniformidade, secretismo e conservadorismo. No entanto, este modelo possui mais de 20 anos e, em Portugal ocorreram significativas mudanças desde então, onde se destacam a integração e consolidação do país na União Europeia, uma maior abertura ao exterior, o fortalecimento das relações internacionais, e, no campo da Contabilidade, a adoção das normas internacionais de contabilidade, no contexto da harmonização internacional.

A cultura não é um fator imutável no tempo pelo que esta classificação poderá não corresponder ao atual contexto. Em função destas alterações é relevante estudar este enquadramento, após a adoção das normas internacionais, nomeadamente a implementação do Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 O modelo de Gray

Gray (1988) partiu do modelo teórico de Hofstede (1980) para desenvolver um estudo que associa a cultura com a Contabilidade, no entendimento de que o impacto da cultura sobre esta direciona os seus valores. Gray dá origem, assim, neste campo da investigação empírica, à definição de subcultura da Contabilidade, identificando, no âmbito desta, quatro valores contabilísticos capazes de classificar um país em termos desse conjunto. Os valores contabilísticos enunciados por Gray (1988) apresentam-se desenvolvidos nos pontos seguintes:

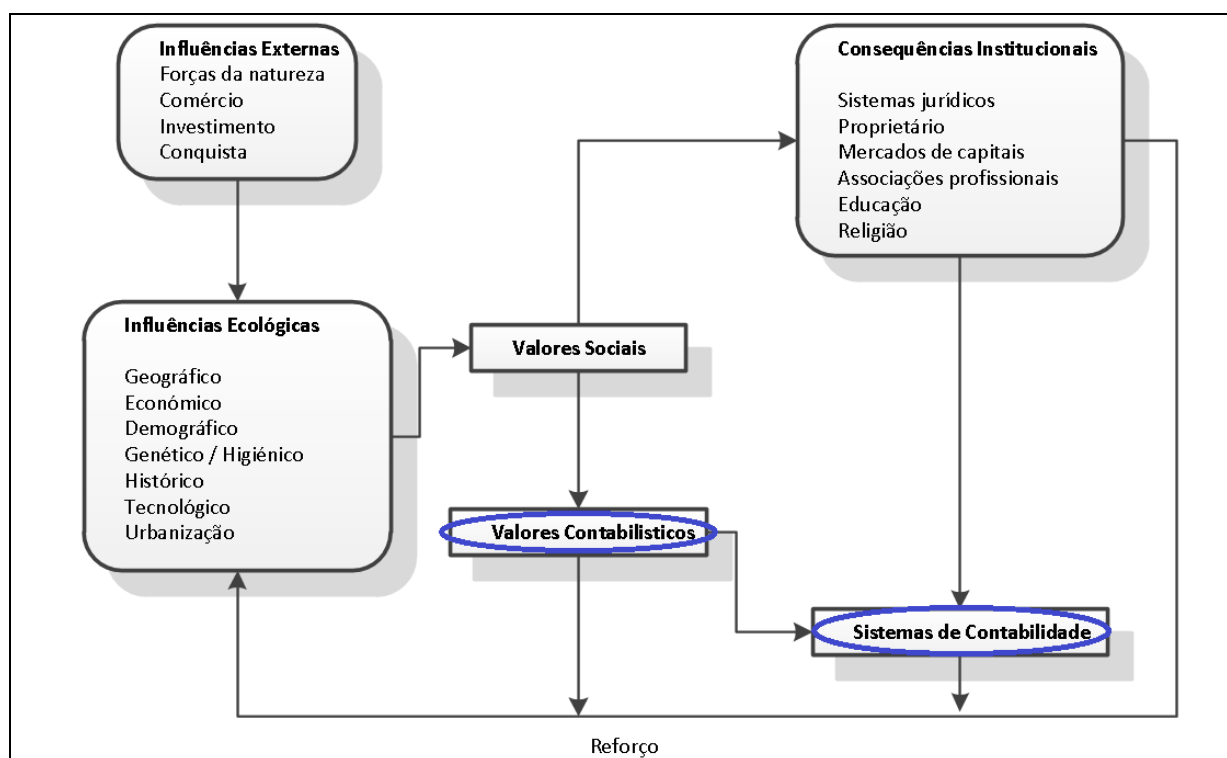
1. *profissionalismo versus controlo estatutário: diz respeito à preferência pelo exercício do julgamento livre e à manutenção da autorregulação profissional, em oposição ao cumprimento de requisitos e normativos legais em vigor e ao controlo estatutário;*
2. *uniformidade versus flexibilidade: relaciona-se com a preferência pela aplicação de práticas contabilísticas uniformizadas entre as empresas e para o uso consistente de tais práticas ao longo do tempo, em oposição a uma maior flexibilidade, isto é, à atuação de acordo com as circunstâncias específicas de cada empresa;*
3. *conservadorismo versus otimismo: refere-se à preferência por uma abordagem de mensuração prudente, de maneira a lidar com a incerteza dos eventos futuros, em*

oposição a uma visão mais otimista, relacionada com a assunção de riscos ou, ainda, na forma de uma abordagem menos cautelosa;

4. *secretismo versus transparência: diz respeito à preferência pela confidencialidade e à restrição da divulgação de informações sobre o negócio apenas para aqueles que estão intimamente envolvidos com a gestão e o financiamento empresarial, em oposição a uma abordagem de maior transparência, abertura e responsabilidade pública.*

Gray (1988) amplia o modelo de Hofstede (1980) ao equacionar e lançar a hipótese da existência de um subsistema de Contabilidade, representativo de um sistema de valores integrado no sistema de valores primários da sociedade. Os valores contabilísticos influenciam, na ótica do mesmo autor Gray (1988), as práticas contabilísticas, incluindo a forma de relato e a divulgação da informação, o que, no estudo das diferenças internacionais, a literatura denomina de sistemas contabilísticos (NOBES, 1983). A figura seguinte ilustra como o modelo utilizado por Gray (1988) relaciona, a partir dos valores sociais identificados por Hofstede (1980), o conceito de valores contabilísticos e os fatores que influenciam as diferenças internacionais entre os sistemas contabilísticos:

Figura 1 – Do modelo de Hofstede (1980) ao modelo de Gray (1988)



Fonte: Radebaugh *et al.* (1996).

A depender dos diferentes níveis de forças externas que moldam os valores sociais, os diferentes níveis de desenvolvimento da Contabilidade refletem e reforçam tais valores. Estes, por sua vez, afetam a prática contabilística, na medida em que os fatores culturais influenciam diretamente os sistemas de informação contabilística a nível nacional (DOUPNIK; TSAKUMIS, 2004). Tendo como base as variáveis do modelo de Hofstede (1980) e as suas próprias variáveis, Gray (1988) desenvolveu ainda as quatro hipóteses de relacionamento como a seguir se evidencia:

H1: Quanto mais alta for a posição que um país ocupa em termos de individualismo e mais baixa em termos de aversão ao risco e distância do poder, maior será a probabilidade de estarem melhor classificados em termos de profissionalismo.

H2: Quanto mais alta for a posição que um país ocupa em termos de aversão ao risco e distância do poder e mais baixa em termos de individualismo, maior será a probabilidade de estarem melhor classificados em termos de uniformidade.

H3: Quanto mais alta for a posição que um país ocupa em termos de aversão ao risco e mais baixa em termos de individualismo e masculinidade, maior será a probabilidade de estarem melhor classificados em termos de conservadorismo.

H4: Quanto mais alta for a posição que um país ocupa em termos de aversão ao risco e distância do poder e mais baixa em termos de individualismo e masculinidade, maior será a probabilidade de estarem melhor posicionados em termos de secretismo.

O próximo quadro ilustra a ligação entre o modelo de valores culturais de Hofstede (1980) e os valores contabilísticos de Gray (1988), indicando a existência de treze hipóteses de relacionamento entre as variáveis propostas por este autor:

Quadro 1 – Hipóteses de relacionamento do modelo de Gray (1988).

| RELAÇÕES ENTRE VALORES CONTABILÍSTICAS DE GRAY E VALORES CULTURAIS DE HOFSTEDÉ | | | | |
|---|--------------------------------|--------------|-----------------|------------|
| Valores Culturais (Hofstede) | Valores Contabilísticos (Gray) | | | |
| | Profissionalismo | Uniformidade | Conservadorismo | Secretismo |
| Distância Hierárquica | - | + | ? | + |
| Fuga à Incerteza | - | + | + | + |
| Individualismo | + | - | - | - |
| Masculinidade | ? | ? | - | - |

Nota: '+' indica uma relação directa entre as variáveis relevantes; '-' indica uma relação inversa;
? indica que a natureza da relação é indeterminada.

Fonte: Radebaugh *et al.* (1996).

Em 1999, Chancani e Macgregor desenvolveram o quadro anterior, de ligação entre o modelo de valores culturais de Hofstede (1980) e os valores contabilísticos de Gray (1988), considerando as seguintes notações: (+) correlação direta; (-) correlação indireta; (+ +) uma forte correlação direta; (- -) uma forte correlação indireta; (?) correlação indeterminada, quando Gray não estabeleceu nenhuma conexão entre os valores sociais de Hofstede e o seu valor contabilístico específico (BORKER, 2012).

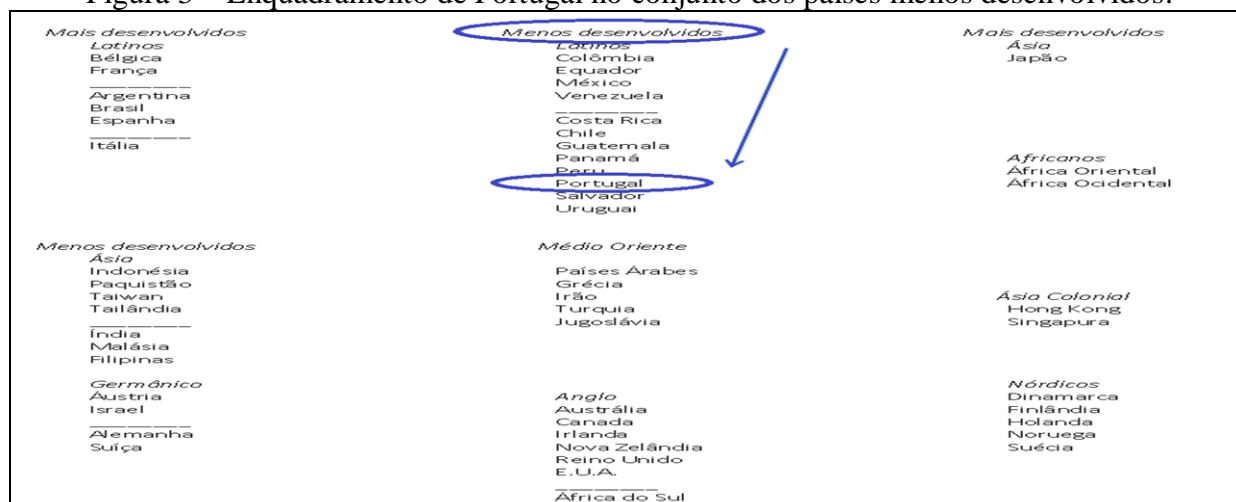
Quadro 2 – Hofstede-Gray Correlações.

| | Distância Hierárquica | Individualismo | Masculinidade | Fuga à Incerteza |
|------------------|-----------------------|----------------|---------------|------------------|
| Conservadorismo | + | - | - | ++ |
| Uniformidade | + | -- | ? | ++ |
| Profissionalismo | - | ++ | ? | -- |
| Secretismo | ++ | -- | - | ++ |

Fonte: Adaptado de Borker (2012).

Em termos de impactos mais diretos do modelo, refira-se que – profissionalismo e uniformidade – estão relacionados com a autoridade e a execução das práticas contabilísticas,

Figura 3 – Enquadramento de Portugal no conjunto dos países menos desenvolvidos.



Fonte: Gray (1988).

O enquadramento de Portugal no conjunto dos países menos desenvolvidos implica, por sua vez, a sua definição, em termos de valores contabilísticos, como um país de elevados níveis de controlo estatutário, uniformidade, secretismo e conservadorismo. Convém, contudo, referir que o estudo original de Gray (1988) possui uma longevidade superior a 20 anos. Deste modo, e não sendo a cultura um fator imutável no tempo (OLIMIDT; CALU, 2007), a classificação poderá não corresponder ao atual contexto de maior exposição dos países a diferentes culturas contabilísticas.

A harmonização internacional propicia a comparabilidade da informação financeira, pelo que associado a este objetivo encontra-se a adoção de práticas contabilísticas uniformes seguidas pelos países aderentes. Embora as práticas contabilísticas internacionais já se encontrassem inseridas no normativo nacional, em especial por via das Diretrizes Contabilísticas, o Regulamento n.º 1606/2002/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, deu início ao processo de inclusão de Portugal na vaga da harmonização internacional. O novo normativo nacional, o SNC, tendo por base as normas do IASB, as IFRS, completa o quadro de significativa mudança de referencial contabilístico em Portugal. Segundo Borker (2012), os países que adotam as IFRS deverão apresentar um perfil padrão de classificação de Gray com os seguintes valores contabilísticos:

Quadro 3 – Valores Contabilísticos de Gray nas IFRS.

| | Dimensão |
|----|--------------------------------------|
| H1 | Professionalismo |
| H2 | Flexibilidade |
| H3 | Otimismo ou Otimismo/Conservadorismo |
| H4 | Transparencia |

Fonte: Adaptado David Borker, 2012

Face a tais elementos, importa analisar em que medida Portugal ainda se enquadra na classificação inicial dos valores contabilísticos proposta por Gray (1988), ou se essa classificação alterou fruto da adoção do SNC, questão que se pretende responder com o presente estudo.

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

3.1 Estudo Empírico e Metodologias

De acordo com (MALHOTRA *et al.*, 2005), a metodologia do trabalho científico inclui as seguintes fases: definição do problema, desenvolvimento de uma abordagem para o problema, formulação da metodologia de pesquisa, elaboração do trabalho de campo, preparação e análise dos dados e elaboração do relatório. Para Churchill e Iacobucci (2010), são seis as fases que constituem o processo de pesquisa científica: formulação do problema, determinação do desenho da pesquisa, desenho do método de recolha de dados, processo de amostragem e de recolha dos dados, análise e interpretação dos dados e, por fim, a preparação do relatório final.

Esta parte apresenta as linhas metodológicas relativas ao estudo que cerca a problemática do reconhecimento das perdas por imparidade e no relacionamento do tema com dois dos valores contabilísticos apresentados por Gray (1988), nomeadamente, o conservadorismo e o secretismo. Os valores contabilísticos, objeto de estudo, relacionam-se com as práticas contabilísticas que se refletem no relato financeiro. Nesse sentido, o estudo que cerca as perdas por imparidade encontra-se desenvolvido neste trabalho a partir das hipóteses a seguir apresentadas, por sua vez relacionadas com a análise do tema através de duas vertentes, nomeadamente:

- Através da ligação entre o conservadorismo e o reconhecimento e mensuração de perdas por imparidade: hipótese H1 a H2 e
- Através da ligação entre o secretismo e a divulgação relacionados com as perdas por imparidade: hipótese H3 a H4.

Como objetivos específicos ao estudo das perdas por imparidade desenvolvido neste trabalho, materializados nas hipóteses H1 a H4, encontra-se o estudo dos seguintes aspetos:

- Testar diferenças e relação entre as entidades que reconheceram e não reconheceram perdas por imparidade, no que se refere à dimensão, endividamento, *ebit*, rendibilidade e certificação legal das contas;
- Testar diferenças e relações entre a divulgação de perdas por imparidade e a dimensão, endividamento, *ebit*, rendibilidade e a obrigatoriedade de certificação legal das contas.

O ponto seguinte deste trabalho apresenta as hipóteses desenvolvidas no sentido de evidenciar resposta aos objetivos anteriormente estabelecidos.

3.2 Hipóteses de análise

Com base no referencial teórico divulgado na parte precedente, foram definidas quatro hipóteses que relacionam os valores contabilísticos do conservadorismo (H1 a H2) e do secretismo (H3 a H4) e o reconhecimento, mensuração e divulgação relacionados com as perdas por imparidade, respectivamente, a partir da análise da relação entre os referidos valores contabilísticos e determinados fatores que distinguem as entidades, nomeadamente, a dimensão, o endividamento, o *ebit*, a rendibilidade e a obrigatoriedade de certificação legal das contas.

As hipóteses relativas ao conservadorismo, adiante apresentada, encontram-se em linha com o conceito de conservadorismo como valor contabilístico proposto por Gray (1998), Baydoun e Willett (1995) e Chanchani e Willett (2004), assim como na ótica da

denominada Teoria Positiva da Contabilidade, defendida, designadamente, por Watts e Zimmerman (1990).

H1: Existem diferenças significativas relativamente à Dimensão, Endividamento, EBIT, Rendibilidade e a Obrigatoriedade de Certificação Legal das Contas entre Entidades que reconheceram e não reconheceram Perdas por Imparidade na amostra considerada?

H2: Existe uma relação significativa relativamente à Dimensão, Endividamento, EBIT, Rendibilidade e a Obrigatoriedade de Certificação Legal das Contas entre Entidades que reconheceram e não reconheceram Perdas por Imparidade na amostra considerada?

O estabelecimento de hipóteses similares para o secretismo, adiante apresentadas, encontram-se em linha com o relacionamento entre o secretismo e o conservadorismo previsto no modelo original de Gray (1988), bem como a partir dos resultados de estudos já efetuados noutros países (FINCH, 2007; OLIMIDT; CALU, 2007; TSAKUMIS, 2007), que evidenciam uma forte associação entre os referidos valores contabilísticos.

H3: Existem diferenças significativas relativamente à Dimensão, Endividamento, EBIT, Rendibilidade e a Obrigatoriedade de Certificação Legal das Contas entre Entidades que divulgam e não divulgam Perdas por Imparidade na amostra considerada?

H4: Existe uma relação significativa relativamente à Dimensão, Endividamento, EBIT, Rendibilidade e a Obrigatoriedade de Certificação Legal das Contas entre Entidades que divulgam e não divulgam Perdas por Imparidade na amostra considerada?

3.3 Determinação da Amostra

Uma população ou universo consiste no total de elementos que partilham algum conjunto comum de características e a amostra é um subgrupo da população (MALHOTRA *et al.*, 2005). No nosso caso, a população é constituída na sua totalidade por empresas portuguesas, que no período de 2010 adotaram o regime geral do SNC, ou seja, adotaram as 28 NCRF como normativo contabilístico e que possuem CAE 4, 6 ou 7, como código de atividade económica.

As técnicas de amostragem podem ser aleatórias ou probabilísticas ou não aleatórias ou não probabilísticas. No primeiro caso, as amostras são obtidas de forma aleatória, ou seja, a probabilidade de cada elemento da população fazer parte da amostra é igual para todos os seus elementos. Na amostragem não aleatória ou não probabilística, a probabilidade de um determinado elemento pertencer à amostra não é igual à dos elementos restantes, podendo não ser representativa da população (MARÔCO, 2010). Dentre os tipos de amostragem não aleatória, foi utilizada a amostragem por conveniência, ou seja, os elementos da amostra foram selecionados de acordo com a conveniência do investigador (MARÔCO, 2010).

O acesso à informação do objeto de estudo foi obtida através da aquisição monetária no portal da Empresa (www.portaldaempresa.pt/CVE/IES/resumopedido.aspx) do relato financeiro, informação financeira, depositado e publicado pelas entidades objeto de estudo na IES – Informação Empresarial Simplificada. Para calcular a dimensão da amostra cuja população é finita e para a qual não é possível determinar a proporção das variáveis analisadas na população, é necessário considerar o valor pretendido para o nível de confiança e para o nível de precisão. O nível de confiança pode ser entendido como o grau de “certeza” associado às estimativas, geralmente expresso em percentagem. O nível de confiança é a probabilidade complementar do Erro de Tipo I (rejeição da hipótese nula quando esta é

verdadeira) e corresponde à decisão correta de rejeitar a hipótese nula quando ela é falsa [NC = $(1 - \alpha) \times 100$]. O valor típico utilizado para o nível de confiança é 95% (HAIR; ANDERSON; TATHAM; BLACK, 2007).

Este também será o valor utilizado para calcular a dimensão da amostra. O nível de precisão é dado pela diferença máxima permitida entre o valor do parâmetro da amostra e da população (MALHOTRA *et al.*, 2005). No nosso caso, o nível de precisão, ou erro máximo é de 7,5%. Considerando os valores dos níveis de confiança e precisão, foi calculado o valor mínimo para a dimensão da amostra, que é de 171 entidades. Por uma questão de precaução foram recolhidos dados de 172 entidades, que é a dimensão da amostra desta investigação.

3.4 Técnicas Estatísticas utilizadas

Este trabalho utiliza, em termos metodológicos, no que diz respeito às hipóteses formuladas uma abordagem baseada na análise de conteúdo, entendendo-se esta como uma técnica de pesquisa para a descrição objetiva e quantitativa do conteúdo da informação. Atendendo ao número de variáveis que estão simultaneamente em análise, foram escolhidos métodos de análise univariada (fundamentalmente medidas descritivas) e bivariada (através de técnicas estatísticas não paramétricas).

Na análise estatística necessária para comprovar as hipóteses de investigação são utilizados testes não paramétricos. Segundo Marôco (2010), estes tipos de testes são adequados quando não se verificam os pressupostos dos métodos paramétricos, nomeadamente a distribuição normal das variáveis, podendo ser tão ou mais potentes do que os testes paramétricos. Por outro lado, segundo o mesmo autor, este tipo de testes são os mais adequados para variáveis com escalas ordinais, o que se verifica em quase todas as variáveis deste estudo.

O primeiro teste não paramétrico a utilizar será o teste *Mann-Whitney*, adequado para comparar as funções de distribuição de uma variável pelo menos ordinal em duas amostras independentes (MARÔCO, 2010). No âmbito da estatística descritiva são também utilizadas medidas de associação, que quantificam a intensidade e direção da associação entre duas variáveis, sem qualquer implicação de causa efeito entre ambas (MARÔCO, 2010). De entre as medidas de associação foi utilizado o Coeficiente de Correlação de *Spearman*, adequado para associações não paramétricas entre duas variáveis.

Nesta investigação são utilizados testes de significância bilaterais, uma vez que não existe um conhecimento prévio da direção da associação das variáveis. Se o nível de significância (p value) for inferior a 5% a correlação é significativa e as variáveis em análise são linearmente dependentes (ALBUQUERQUE *et al.*, 2011). A intensidade da correlação pode ser classificada de Muito Forte a Muito Fraca, de acordo com o quadro seguinte:

Quadro 1 – Níveis de associação do coeficiente de correlação de *Spearman*.

| $ p $ | Correlação |
|--------------|-------------|
| [0,9; 1] | Muito forte |
| [0,75; 0,9[| Forte |
| [0,5; 0,75[| Moderada |
| [0,25; 0,5[| Fraca |
| [0,00; 0,25[| Muito fraca |

Fonte: Albuquerque *et al.*, 2011

No caso da análise de correlação entre variáveis nominais, utiliza-se complementarmente o coeficiente não paramétrico V de Cramer. No caso de variáveis dicotômicas este coeficiente é substituído pelo coeficiente Phi (MARÔCO, 2010). Os dados recolhidos da IES das entidades da amostra foram trabalhados na ferramenta SPSS 19.0.

4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O tratamento e análise de dados constantes nesta investigação permite-nos avançar com seguintes conclusões mais relevantes relativamente às hipóteses consideradas:

4.1 As perdas por Imparidade e o Conservadorismo

H1: Existem diferenças significativas relativamente à Dimensão, Endividamento, EBIT, Rendibilidade e a Obrigatoriedade de Certificação Legal das Contas entre Entidades que reconheceram e não reconheceram Perdas por Imparidade na amostra considerada?

Dimensão:

O estudo permite concluir que existem diferenças estatisticamente significativas no que se refere à dimensão para entidades que reconheceram e não reconheceram em 2010 perdas por imparidade (*p values* = 0,000). Concluimos também que são as empresas com maior dimensão relativa que apresentam valores diferentes de zero para as perdas por imparidade.

Os resultados encontrados neste estudo apresentam-se consistentes com os resultados obtidos por Albuquerque et al. (2011) no que concerne à existência de diferenças relacionadas com a dimensão e o reconhecimento ou não de perdas por imparidade em investimentos não financeiros. Os resultados por nós obtidos também apresentam-se consistentes com os resultados obtidos por Conceição (2009) no que concerne à evidência de uma influência negativa entre a dimensão e a opção de justo valor, comprovando a hipótese dos custos políticos.

Segundo Conceição (2009), as empresas de maior dimensão estão mais expostas a custos políticos, o que conduz ao uso de uma contabilidade mais conservadora, como forma de reduzir os custos políticos que enfrentam (WATTS; ZIMMERMAN, 1986). Como o conservantismo reduz os custos políticos (WATTS, 1990), os gestores têm maiores incentivos na adoção de políticas conservadoras e conseqüentemente o uso de justo valor é preterido face ao custo histórico. Também Skinner (1993) *apud* Astami e Tower (2006) conclui que grandes empresas estão mais propensas a escolher métodos contabilísticos que diminuam os resultados.

Endividamento:

Não existem diferenças estatisticamente significativas no que se refere ao rácio de endividamento para empresas que apresentaram e não apresentaram perdas por imparidade (*p values* = 0,224).

Os resultados encontrados neste estudo apresentam-se consistentes com os resultados obtidos por Albuquerque *et al.* (2011) no que concerne à não confirmação de diferenças relacionadas com a dimensão e o reconhecimento ou não de perdas por imparidade em investimentos não financeiros. Os resultados por nós obtidos não apresentam-se consistentes com os resultados obtidos por Conceição (2009). Os resultados obtidos por Conceição sugerem que as empresas com maior nível de endividamento têm incentivo em adotar o justo

valor. No entanto a Autora reconhece que em estudos anteriores, outros autores não conseguiram demonstrar tal evidência.

EBIT:

O estudo permite concluir que existem diferenças estatisticamente significativas no que se refere aos resultados antes de juros e impostos para as entidades da amostra que apresentaram ou não no ano de 2010 perdas por imparidade ($p\ values = 0,004$). São as empresas que apresentam em termos relativos maiores *EBIT* que reconhecem no mesmo ano perdas por imparidade.

A validação da hipótese não está de acordo com Fernandes (2007), nem com Carvalho, Rodrigues e Ferreira (2013) que sugeriam numa ótica de alisamento de resultados, que as empresas com maiores resultados tendem a reconhecer menos perdas por imparidade. Na nossa opinião, a validação desta hipótese confirma o facto de as empresas com maiores *ebit* têm tendência a reconhecer mais perdas por imparidades com o objetivo de diminuir o resultado antes de imposto, com o objetivo de diminuir também o montante de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas a pagar.

Rendibilidade:

Aplicado o teste *Mann-Whitney* concluímos que não existem diferenças significativas para os rácios de rendibilidade do ativo ($p\ values = 0,367$) e do capital próprio ($p\ values = 0,939$) entre entidades que reconheceram e as que não reconheceram em 2010 perdas por imparidade.

Os resultados encontrados neste estudo apresentam-se consistentes com os resultados obtidos por Albuquerque *et al.* (2011) no que concerne à não confirmação de diferenças relacionadas com a rendibilidade do ativo e do capital próprio e o reconhecimento ou não de perdas por imparidade em investimentos não financeiros.

Certificação Legal das Contas:

O estudo permite concluir que existem diferenças significativas no reconhecimento de perdas por imparidade para as empresas que apresentam e não apresentam certificação legal das contas ($p\ values = 0,000$). Pode-se concluir que, são fundamentalmente as entidades que apresentam certificação legal das contas que reconhecem perdas por imparidade.

Este estudo permite aferir a importância que a certificação legal das contas possui no reconhecimento das imparidades em Portugal. Ou seja, as empresas obrigadas a certificação legal das contas têm maior preocupação com a imagem verdadeira e apropriada da contabilidade e, portanto, se tiverem de reconhecer perdas por imparidade, reconhecem. As empresas que não possuem certificação legal das contas já não têm tanta preocupação com a imagem verdadeira e apropriada e, portanto, se não necessitarem de reconhecer perdas por imparidade não as reconhecem.

H2: Existe uma relação significativa relativamente à Dimensão, Endividamento, EBIT, Rendibilidade e a Obrigatoriedade de Certificação Legal das Contas entre Entidades que reconheceram e não reconheceram Perdas por Imparidade na amostra considerada?

Dimensão:

O estudo permite concluir que, o facto das entidades apresentarem relatos de perdas por imparidade está relacionado com a sua dimensão ($p\ values = 0,000$). Todos os coeficientes de correlação são positivos, o que revela que são as empresas de maior dimensão que reconhecem mais imparidades.

Os resultados encontrados neste estudo apresentam-se consistentes com os resultados obtidos por Albuquerque *et al.* (2011) no que concerne à existência de uma relação relacionadas com a dimensão e o reconhecimento ou não de perdas por imparidade em investimentos não financeiros.

Endividamento:

As correlações entre o rácio de endividamento e as variáveis reconhecimento de perdas por imparidade apresentam valores de p superiores a 0,05, pelo que não têm significância estatística (p values = 0,225). Logo, não é possível relacionar os relatos de perdas por imparidade com o endividamento dessas entidades.

Os resultados encontrados neste estudo apresentam-se consistentes com os resultados obtidos por Albuquerque *et al.* (2011) no que concerne à não confirmação de relação relacionadas com a dimensão e o reconhecimento ou não de perdas por imparidade em investimentos não financeiros. Os resultados por nós obtidos não apresentam-se consistentes com os resultados obtidos por Conceição (2009). Os resultados obtidos por Conceição sugerem que as empresas com maior rácio de dívida sobre capital próprio são mais propensas a adotarem o justo valor, como método de mensuração de ativos. No entanto, a Autora reconhece que em estudos anteriores, como de Demaria e Dufor (2007), bem como de Missioner-Piera (2004), concluíram pela não existência de relação entre o endividamento e o uso de métodos contabilísticos que influenciem os resultados.

EBIT:

O estudo permite verificar que quando analisou-se as correlações em valor, existe uma relação com significância estatística entre o valor do *EBIT* e total de imparidades (p values = 0,004), sendo essa correlação positiva, evidenciando que existem valores mais elevados para as perdas por imparidade em empresas que apresentam maiores *EBIT*. Há que ressaltar que, de acordo com Albuquerque *et al.* (2011), o valor desta correlação (0,258) é considerada fraca. Também Skinner (1993) *apud* Astami e Tower (2006) concluiu que grandes empresas estão mais propensas a escolher métodos contabilísticos que diminuam os resultados.

Rendibilidade:

Conclui-se que não existe uma relação significativa relativamente à rendibilidade do ativo (p values = 0,369) e capitais próprios (p values = 0,939), entre entidades da amostra que apresentaram relatos de perdas por imparidade e as que não o reconheceram.

Os resultados encontrados neste estudo apresentam-se consistentes com os resultados obtidos por Albuquerque *et al.* (2011) no que concerne à não confirmação de relação relacionadas com a rendibilidade do ativo e rendibilidade do capital próprio e o reconhecimento ou não de perdas por imparidade em investimentos não financeiros.

Certificação Legal das Contas:

A relação enunciada entre as variáveis é estatisticamente válida (p values = 0,000). Ou seja, são as empresas que estão legalmente certificadas que mais reconhecem perdas por imparidade. No entanto, a correlação (0,275) é fraca (ALBUQUERQUE *et al.*, 2011).

Da mesma forma que evidenciou-se a existência de diferenças significativas, também evidenciou-se a existência de uma relação significativa relativamente ao reconhecimento de perdas por imparidade entre entidades que têm e não têm certificação legal das contas.

4.1 As perdas por Imparidade e o Secretismo

H3: Existem diferenças significativas relativamente à Dimensão, Endividamento, EBIT, Rendibilidade e a Obrigatoriedade de Certificação Legal das Contas entre Entidades que divulgam e não divulgam Perdas por Imparidade na amostra considerada?

Dimensão:

O estudo permite concluir que existem diferenças estatisticamente significativas no que se refere à dimensão para entidades que divulgam e não divulgam em 2010 perdas por imparidade ($p\text{ values} = 0,001$). A partir dos valores dos rank *Mann-Whitney*, são as empresas de relativa maior dimensão que mais divulgam as perdas por imparidade.

Os resultados encontrados neste estudo apresentam-se consistentes com os resultados obtidos por Albuquerque *et al.* (2011) no que concerne à existência de diferenças relacionadas com a dimensão e os requisitos de divulgação relativos às perdas por imparidade em investimentos não financeiros.

Endividamento:

O estudo permite concluir que não existem diferenças estatisticamente significativas no que se refere ao endividamento para entidades que divulgam e não divulgam em 2010 perdas por imparidade ($p\text{ values} = 0,489$).

Os resultados encontrados neste estudo apresentam-se consistentes com os resultados obtidos por Albuquerque *et al.* (2011) no que concerne à não confirmação de diferenças relacionadas com o endividamento e os requisitos de divulgação relativos às perdas por imparidade em investimentos não financeiros.

EBIT:

O estudo permite validar a existência de diferenças estatisticamente significativas entre os EBIT de entidades que divulgam e não divulgam informação IES ($p\text{ values} = 0,023$). A partir dos valores dos rank *Mann-Whitney*, são as empresas com valores relativamente superiores para o EBIT que mais divulgam as perdas por imparidade.

Tal como verificado na hipótese do reconhecimento onde verificou-se que as empresas com maiores EBIT são as que mais reconhecem perdas por imparidade, também aqui concluímos que são as mesmas que mais divulgam sobre perdas por imparidade.

Rendibilidade:

Aplicado o teste Mann-Whitney concluímos que não existem diferenças significativas para os rácios de rendibilidade do ativo ($p\text{ values} = 0,888$) e do capital próprio ($p\text{ values} = 0,150$) entre entidades que divulgam e não divulgam as perdas por imparidade, tendo por base os dados da amostra.

Os resultados encontrados neste estudo apresentam-se consistentes com os resultados obtidos por Albuquerque *et al.* (2011) no que concerne à não confirmação de diferenças relacionadas com a rendibilidade e os requisitos de divulgação relativos às perdas por imparidade em investimentos não financeiros.

Certificação Legal das Contas:

O estudo permite que, pode-se concluir pela validade estatística das diferenças no que se refere às duas variáveis em análise ($p\text{ values} = 0,000$). Uma análise do rank *Mann-Whitney* ajuda a entender que são as entidades com certificação legal das contas as que mais divulgam informação na IES.

Este estudo permite aferir a importância que a certificação legal das contas ainda possui na divulgação das imparidades em Portugal, através da IES. As empresas evidenciam no anexo à IES o critério de mensuração, bem como se reconheceram ou não reconheceram perdas por imparidade, sem nunca detalhar a forma como determinaram o valor de uso ou o valor realizável líquido ou a quantia recuperável.

H4: Existe uma relação significativa relativamente à Dimensão, Endividamento, EBIT, Rendibilidade e a Obrigatoriedade de Certificação Legal das Contas entre Entidades que divulgam e não divulgam Perdas por Imparidade na amostra considerada?

Dimensão:

O estudo permite concluir que os valores das correlações entre as variáveis que definem a dimensão e a divulgação de perdas por imparidade são positivos, refletindo uma relação direta entre a dimensão das entidades e a divulgação das perdas por imparidade ($p\ values = 0,001$). De acordo com Albuquerque *et al.* (2011), a correlação entre as variáveis referidas é fraca (0,252).

Os resultados encontrados neste estudo apresentam-se consistentes com os resultados obtidos por Albuquerque *et al.* (2011) no que concerne à confirmação de relação estatisticamente significativa entre a dimensão e os requisitos de divulgação relativos às perdas por imparidade em investimentos não financeiros.

Endividamento:

Não existe uma relação estatisticamente significativa entre as variáveis endividamento e divulgação de perdas por imparidade ($p\ values = 0,490$). Os resultados encontrados neste estudo apresentam-se consistentes com os resultados obtidos por Albuquerque *et al.* (2011), no que concerne à não confirmação de relação estatisticamente significativa entre o endividamento e os requisitos de divulgação relativos às perdas por imparidade em investimentos não financeiros.

EBIT:

O estudo permite concluir que existe relação entre as variáveis testadas, uma vez que as correlações são estatisticamente significativas ($p\ values = 0,022$). Existe assim, uma relação estatisticamente significativa entre as variáveis EBIT e divulgação de perdas por imparidade.

Tal como verificado na hipótese do reconhecimento onde concluímos que existe uma relação estatística significativa entre o EBIT e o reconhecimento de perdas por imparidade, também aqui conclui-se que existe uma relação significativa entre o EBIT e a divulgação de imparidades. Da mesma forma que evidenciou-se a existência de diferenças significativas, também consegue-se evidenciar que existe uma relação significativa entre o EBIT e as entidades que divulgam ou não perdas por imparidade.

Rendibilidade:

Aplicado o teste de *Correlação de Spearman* confirmou-se a não existência de uma relação significativa entre as variáveis divulgação e rendibilidade do ativo ($p\ values = 0,889$) e do capital próprio ($p\ values = 0,151$). Os resultados encontrados neste estudo apresentam-se consistentes com os resultados obtidos por Albuquerque *et al.* (2011) no que concerne à não confirmação de relação estatisticamente significativa entre a rendibilidade e os requisitos de divulgação relativos às perdas por imparidade em investimentos não financeiros.

Certificação Legal das Contas:

Verifica-se que existe uma correlação estatisticamente significativa entre as duas variáveis consideradas ($p\text{ values} = 0,000$). Uma vez que o coeficiente de correlação é positivo (0,339), tal revela uma relação direta entre as variáveis divulgação das perdas por imparidade (Informação IES) e certificação legal das contas das entidades que constituem a amostra. Para Albuquerque *et al.* (2011) a correlação é fraca.

Pode-se concluir que tal como ocorrido na hipótese do reconhecimento, onde as empresas obrigadas a certificação legal das contas eram as que reconheciam ou apresentavam perdas por imparidade, também aqui são essas as que mais fazem a divulgação relacionadas com as perdas por imparidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta investigação teve como principal objetivo evidenciar a presença dos valores contabilísticos de Gray em Portugal, nomeadamente através da obtenção de uma correspondência entre os valores do conservadorismo e do secretismo em termos do reconhecimento, mensuração e da divulgação, respectivamente, relacionados com as perdas por imparidade, através da ligação entre a referida problemática e determinados fatores, nomeadamente, a dimensão, o endividamento, o *ebit*, a rendibilidade e a obrigatoriedade de certificação legal das contas, que distinguem as entidades incluídas na população deste estudo.

O estudo realizado permitiu evidenciar a presença dos valores contabilísticos de Gray em Portugal. No contexto das hipóteses estudadas neste trabalho relativas ao conservadorismo em Portugal, os resultados encontrados apontam para a existência de diferenças significativas entre as entidades que reconheceram perdas por imparidade e as entidades que não reconheceram perdas por imparidade durante o período de 2010, relativamente, às variáveis dimensão, *EBIT* e a obrigatoriedade de certificação legal das contas.

A mesma conclusão pode ser apresentada no que diz respeito à existência de uma possível relação entre as entidades que reconheceram perdas por imparidade e as entidades que não reconheceram perdas por imparidade durante o período de 2010, relativamente às variáveis dimensão, *EBIT* e obrigatoriedade de certificação legal das contas.

Os resultados não confirmaram a existência de uma relação ou diferenças significativas entre as entidades que reconheceram perdas por imparidade e as entidades que não reconheceram perdas por imparidade, neste período, relativamente a fatores relacionados com o endividamento, a rendibilidade de ativos e capitais próprios.

Pode-se concluir que em Portugal ainda se verifica o Conservadorismo, menos fortalecido, como evidência de prudência no reconhecimento de imparidades, nomeadamente nas entidades de maior dimensão, com maiores *EBIT* e obrigadas a certificação legal das contas, enquadrando-se desta forma no perfil padrão dos países que adotam as IFRS, segundo Broker.

Em outras palavras, os resultados obtidos neste estudo evidenciam que a mensuração das perdas por imparidade identifica-se com as questões relacionadas com a fiabilidade do

justo valor ou por outras palavras, numa atitude de prudência relativamente à avaliação da quantia recuperável dos ativos que se apresentam no relato financeiro.

No contexto das hipóteses estudadas neste trabalho relativas ao secretismo em Portugal, os resultados encontrados apontam para a existência de diferenças significativas entre as entidades que divulgaram e não divulgaram perdas por imparidade no período de 2010, relativamente, às variáveis dimensão, *EBIT* e obrigatoriedade de certificação legal das contas.

A mesma conclusão pode ser apresentada no que diz respeito à existência de uma possível relação entre as entidades que divulgaram e não divulgaram perdas por imparidade no período de 2010, relativamente às variáveis dimensão, *EBIT*, e obrigatoriedade de certificação legal das contas.

Os resultados não confirmaram a existência de uma relação ou diferenças significativas entre as entidades que reconheceram perdas por imparidade e as entidades que não reconheceram perdas por imparidade, neste período, relativamente a fatores relacionados com o endividamento e a rendibilidade de ativos e capitais próprios.

Pelo que pode-se concluir que em Portugal começa a existir uma maior transparência na divulgação da informação relacionada com perdas por imparidades, no caso informação obtida da amostra em estudo publicada através da IES, nomeadamente nas empresas de maiores dimensão, com maiores *EBIT* e obrigadas a certificação legal das contas, enquadrando-se desta forma no perfil padrão dos países que adotam as IFRS, segundo Broker.

Também verificou-se em termos de divulgação que as entidades que compõem a amostra do estudo passaram a divulgar mais informação relativamente às perdas por imparidade, nomeadamente ao nível do reconhecimento e do critério de mensuração, sem detalhar, nem evidenciar, a forma como determinam quer a quantia recuperável, quer o valor realizável líquido, necessário para o reconhecimento das perdas por imparidade. Ou seja, apesar de existir mais quantidade de informação relativamente às imparidades, verifica-se que em termos de qualidade da informação divulgada existe um maior secretismo.

De acordo com a classificação proposta por Gray (1988), em que Portugal se enquadrava no conjunto dos países latinos menos desenvolvidos, o que implicava o seu posicionamento, em termos de valores contabilísticos, como um país de elevados níveis de controlo estatutário, uniformidade, conservadorismo e secretismo, com a comparação dos valores contabilísticos de Gray definidos agora por Broker para os países que adotam as IFRS em que prevalece o profissionalismo, flexibilidade, otimismo ou otimismo/conservadorismo e a transparência, verificou-se que Portugal com a adoção do SNC se enquadra mais nesta classificação proposta por Broker, nomeadamente ao nível do otimismo/conservadorismo e de uma maior transparência.

Este estudo apresenta algumas limitações. A primeira limitação prende-se com a dificuldade de obtenção de dados para o estudo de empresas não cotadas. Como o nosso objetivo era estudar entidades que tivessem adotado em 2010 o regime Geral do SNC, as 28 NCRF, obter as entidades que tivessem cumprido esses requisitos foi uma limitação, sendo tal realidade possível com a aquisição monetária das contas publicadas através da IES.

A relativa ausência de estudos empíricos no contexto nacional, com base na teoria da relevância cultural proposta por Gray (1988) relevou-se, outro fator de limitação ao desenvolvimento desta investigação. Em virtude do SNC ter sido adotado em 2010, e as empresas terem a possibilidade de entregar a IES relativo ao ano de 2010 até Setembro de 2011, estando a informação disponível posteriormente, impediu que existisse um número mais alargado de anos para este estudo.

Como sugestões para estudos futuros pode-se apresentar as seguintes. Os resultados obtidos neste estudo, particularmente no que concerne na análise de secretismo, pode chamar a atenção dos organismos competentes para a maior padronização dessa informação, garantindo a mesma quer em quantidade, quer em qualidade em termos da IES.

Outra sugestão, prende-se com a realização de outros estudos, em que as entidades envolvidas adotem a Norma das Pequenas Entidades ou a Norma das Microentidades, a fim de se verificar se os resultados mantêm-se ou se alteram, nomeadamente quanto ao reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas por imparidade, evidenciados neste estudo. Outra oportunidade ocorre na repetição deste mesmo estudo mas com um número mais alargado de anos para ser estudado.

Por fim, uma última sugestão prende-se com a realização de estudos de opinião, bem como inquéritos e entrevistas aos Contabilistas Certificados (TOC) no sentido de se perceber qual é a importância pelos mesmos atribuída às características qualitativas e aos constrangimentos à informação, bem como da sua preferência por determinados conceitos e valores contabilísticos, técnica utilizada por Easton *et al.* (1993).

6. REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, F.; ALMEIDA, M. C.. **A cultura, os valores contabilísticos e o julgamento profissional dos preparadores portugueses**, APOTEC: Prémio Luiz Chaves de Almeida, 2009.

ALBUQUERQUE, F.; ALMEIDA, M. C.; QUIRÓS, J. T.. O secretismo e as perdas por imparidade em investimentos não financeiros: o caso português. **Jornal de Contabilidade**, Número 415, p. 310-321, 2011.

ALCIATORE, M. *et al.*. Accounting for the impairment of long-lived assets: Evidence from the petroleum industry. **Journal of Accounting and Economics**, v. 29, p. 151-172, 2000.

ALCIATORE, M.; DEE, C.; EASTON, P.; SPEAR, N.. Asset write-downs: a decade of research. **Journal of Accounting Literature**, v. 17, p. 1-39, 1998.

ASTAMI, E. W.; TOWER, G.. Accounting-Policy Choice and Firm Characteristics in the Asia Pacific Region: An international Empirical Test of Costly Contracting Theory; **The International Journal of Accounting**, v. 41, p. 1-21, 2006.

BARLEV, B., FRIED D.; HADDAD J. R.; LIVNAT J.. Reevaluation of Revaluations: A Cross-Country Examination of the Motives and Effects on Future Performance. **Journal of Business finance and Accounting**, v. 34, p. 7-8, 2007.

BAYDOUN, N.; WILLETT, R.. **Cultural relevance of western accounting systems to developing countries**, Abacus, v. 31, p. 67-92, 1995.

BEATTY, A.. WEBER, J.. Accounting discreption in fair value estimates: An examination of SFAS 142 goodwill impairments. **Journal of Accounting Research**, v. 44, p. 257-288, 2005.

BORKER, D.. Accounting, Culture and Emerging Economies: IFRS in 3G Economies. **Journal of International Business & Economics Research**, v. 12, n. 6, p. 671-686, 2013.

BORKER, D.. Accounting, Culture and Emerging Economies: IFRS in the BRIC Countries. **Journal of Business & Economics Research**, v. 10, n. 5, p. 313-324, 2012.

(______). Accounting, Culture and Emerging Economies: IFRS in 3G Economies. **Journal of International Business & Economics Research**, v. 12, n. 6, p. 671-686, 2013.

(______). Is There a Favorable Cultural Profile for IFRS? An Examination and Extension of Gray's Accounting Value Hypotheses. **Journal of International Business & Economics Research**, v. 12, n. 2, p. 167-177, 2013.

BULLEN, H.; CROOK, K.. **A New Conceptual Framework Project: Revisiting the Concepts**. Disponível em http://www.fasb.org/project/communications_paper.pdf. Último acesso em 10 de Abril de 2012.

BUNNIS, H. A description and market analysis of write-off announcements. **Journal of Business Finance and Accounting**, v. 24, p. 1385-1400, 1997.

CARVALHO, C.; RODRIGUES, A.M.; FERREIRA, C. . A relevância das Perdas por Imparidade do Goodwill nos oito anos de aplicação das IAS/IFRS em Portugal. *In: XIV Congresso Internacional de Contabilidade e Auditoria. Anais...* Setembro, Lisboa, 2013.

CHANCHANI, S.; MACGREGOR, A.. A synthesis of cultural studies in accounting. **Journal of Accounting Literature**, v. 18, p. 1-30, 1999.

CHANCHANI, S.; WILLETT, R.. An empirical assessment of Gray's accounting value Constructs. **The International Journal of Accounting**, v.39, p. 125-154, 2004.

CHEN, C. *et al.*. Timeliness of impairment recognition: Evidence from the initial adoption of SFAS 142. **Advances in Accounting**, v. 24,p. 72-81, 2008.

CHOI, T.. Asset write-offs: An empirical investigation of timeliness: Asian Pacific. **Journal of Accounting and Economics**, v. 15, p. 11-28, 2008.

CHURCHIL JR, G.; IACOBUCCI, D.. **Marketing Research. Methodological Foundations**. 10th Edition. Southwestern Cengage Learning, 2010.

COLLINS, D.; HENNING, S.. Write-down timeliness, line-of-business disclosures and investors' interpretations of segment divestiture announcements. **Journal of Business Finance and Accounting**, v. 31, p. 1261-1299, 2004.

CONCEIÇÃO, L., **A opção pelo “justo valor” como método de avaliação de activos na adopção das IAS/IFRS em Portugal**; Dissertação de Mestrado em Contabilidade. Faculdade de Economia: Universidade do Porto, 2009.

DEMARIA, S.; DUFOUR, D.. **First time adoption of IFRS, Fair value option, Conservatism: Evidences from French listed companies**. 2007. Disponível em: <http://hp.gredeg.cnrs.fr/demaria/recherche/First%20adoption%20and%20fair%20value%20Demaria%20Dufour.pdf>

DOUPNIK, T.; RICCIO, E.. The influence of conservatism and secrecy on the interpretation of verbal probability expression in the Anglo and Latin cultural areas. **The International Journal of Accounting**, v. 41, p. 237-261, 2006.

DOUPNIK, T.; SALTER, S.; External environment, culture, and accounting practices: a preliminary test of a general model of international accounting development. **The International Journal of Accounting**, v. 30, p. 189-207, 1995.

DOUPNIK, T.; TSAKUMIS, G.. A critical review of the tests of Gray's theory of cultural relevance and suggestions for future research. **Journal of Accounting Literature**, v. 23, p. 1-30, 2004.

EASTON, P. et al. An investigation of revaluations of tangibles long lived-assets. **Journal of Accounting Research**, v. 31 (suppl.), p. 1-38, 1993.

EASTON, P.; EDDEY, P.. The relevance of assets revaluations over na economic cycle, **Australian Accounting Review**, p. 22-30, 1997.

EDDIE, A. Asia Pacific cultural values and accounting systems. **Asia Pacific International Management Forum**, v. 16, p. 22-30, 1990.

ELLIOTT, J.; HANNA, J. Repeated accounting write-offs and the information content of earnings. **Journal of Accounting Research**, v. 34 (Suppl.), p. 135-155, 1996.

ELLIOTT, J.; SHAW, W. **Write-downs as accounting procedures to manage perceptions**, 1988.

FAH, F.. **A Cross-Cultural Study of Accounting Concepts Applied in international Financial Reporting Standards**. A thesis submitted in fulfilment of the requirements for the degree of Doctor Of Philosophy, 2008.

FERNANDES, P. **O impacto da entreda em vigor das IFRS na gestão de resultados: a experiência ibérica**. Tese de Mestrado em Ciências Empresarias – Finanças, Faculdade de Economia do Porto, 2007.

FIELDS, T. D.; T. Z. LYS; L VINCENT. Empirical Research on Accounting Choice. **Journal of Accounting and Economics**, v. 31, p. 255-307, 2001.

FINCH, N. **Testing the theory of culture influence on international accounting practice**. Allied Academies International Conference: Academy of Accounting and Financial Studies, v. 12, n. 1, p.27-30, 2007.

FLORIO, C; GELMINI, L. **Impairment losses and changes in the composition of CGUs: Anithing new after the storm?** 33Rd European Accounting Association Annual Conference, Istanbul, Turkey. May 19-21, 2010, 1-23, 2010.

GRAY, S. J.; KANG, T.; YOO, Y. K. National Culture and International Differences in the Costo f Equity Capital. **Management International Review**, 2013 .

GRAY, S. Towards a theory of cultural influence on the development of accounting systems internationally. **Abacus**, 24, 1-15, 1988.

GRAY, S.; VINT, H. The impact of culture on accounting disclosures: some international evidence. **Asian-Pacific Journal of Accounting**, v. 21, p. 33-43, 1995.

GUL, F.; TSUI, J. A comparative study of auditors' attitudes to uncertainty qualifications: An empirical test of the strong versus weak uncertainty avoidance hypothesis. **The International Journal of Accounting**, v. 28, p. 356–364, 1993.

HAIR, J.; ANDERSON, R.; TATHAM, R.; BLACK, W. **Análise Multivariada de Dados**. 5ª Edição. Porto Alegre: Artmed Editora, 2007.

HOFSTEDE, G. **Culture's consequences: International differences in work-related values**. London: Sage Publications, 1980.

HOPE, O; KANG, T.; THOMAS, W.; YOO, Y. K. Culture and auditor choice: A test of the secrecy hypothesis. **Journal of Accounting and Public Policy**, v. 27, p. 357-373, 2008.

JERMAKOWICZ, E. K. Effects of Adoption of International Financial Reporting Standards in Belgium: The Evidence from BEL-20 Companies. **Accounting in Europe**, v. 1, p. 51-77, 2004.

KVAAL, E. Discounting and the treatment of taxes in impairment reviews. **Journal of Business Finance and Accounting**, v.34, p. 767-791, 2007.

KVAAL, E. **Topics in accounting for impairment of fixed assets**. Norwegian School of Management: Department of Accounting, Auditing and Law. Series of Dissertations, v. 3, 2005.

MALHOTRA, N.; ROCHA, I.; LAUDISIO, M.; ALTHEMAN, E.; BORGES, F. **Introdução à pesquisa de marketing**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

MARÔCO, J. **Análise Estatística com utilização do SPSS**. 3ª Ed., Lisboa: Edições Sílabo, 2010.

MARQUES, C. M.. A IAS 36 – Imparidade de Ativos: Impacto, Problemas e Valorização; In: *XV Encontro AECA*, **Anais...** 2009.

MCGREGOR, W.; STREET, D. IASB and FASB Face Challenges in Pursuit of Joint Conceptual Framework. **Journal of International Financial Management & Accounting**, v. 18, p. 39- 51, 2007.

MISSONIER-PIERA, F. Economic Determinants of Multiple Accounting Method Choices in a Swiss Context. **Journal of International Financial Management and Accounting**, 15, n.º 2, 118-144, 2004.

NGAIRE, K. Perceptions of true and fair view concept: An empirical investigation. **Abacus**, v. 42, n. 2, p. 205-235, 2006.

NOBES, C. Rules-Based Standards and the Lack of Principles in Accounting. **Accounting Horizons**, v. 19, n. 1, p. 25-34, 2005

NOBES, C. A judgemental international classification of financial reporting practices. **Journal of Business Finance & Accounting**, v. 10, p. 1-19, 1983.

NOBES, C.; ALEXANDER, D. **A European Introduction to Financial Accounting**. Prentice Hall (UK) International, Hertfordshire, 1994.

NOBES, C.; PARKER, R. **Comparative International Accounting**. Ed. 8ª, Prentice-Hall, Essex, 2004.

OBAIDAT, A. Accounting Information Qualitative Characteristics Gap: Evidence from Jordan. **International Management Review**, v. 3, n. 2, p. 26-32, 2007.

OLIMIDT, L.; CALU, D. **An empirical study of the accounting values shared by Romanian accountants aiming to become private practitioners**. Bucharest Academy of Economic Studies. Working Paper Series, 2007. Acedido em 2010-06-24 em http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=948953.

PALLANT, J. **SPSS Survival Manual**. McGraw-Hill, 5th Edition, 2013.

RADEBAUGH, L. *et al.* **International accounting and multinational enterprises**. 6th ed., New Jersey: John Wiley & Sons, Inc, 1996.

SALTER, S.; LEWIS, P. Shades of Gray: An empirical examination of Gray's model of culture and income measurement practices using 20-F data. **Journal of Advances in Accounting, incorporating Advances in International Accounting**, v. 27, p. 132-142, 2011.

STRONG, J.; MEYER, J. Asset write-downs: managerial incentives and security returns. **Journal of Finance**, v.42, p. 643–663, 1987.

SUCHER, P.; I. JINDRICHOVSA. Implementing IFRS: A Case Study of the Czech Republic. **Accounting in Europe**, v. 1, p. 109-141, 2004.

TARCA, ANN. International Convergence of Accounting Practices: Choosing between IAS an US GAAP. **Journal of International Financial Management & Accounting**, v 15 (March), n. 1, p. 60-91, 2004.

TSAKUMIS, G. The influence of culture on accountants' application of financial reporting rules. **Abacus**, v. 43, p. 27-48, 2007.

WATTS, R.; ZIMMERMAN, J. **Positive Accounting Theory**, Prentice-Hall, Englewood Cliffs, NJ, 1986.

WATTS, R.; ZIMMERMAN, J. Positive Accounting Theory: A ten year perspective. **The Accounting Review**, v. 65, p. 131-156, 1990.

YANAMOTO, T. Asset Impairment Accounting and Appraisers: Evidence from Japan. **The Appraisal Journal**, v. 76, n. 2, p. 179-188, 2008.

ZUCCA, L. J.; CAMPBELL, D. R. A closer look at discretionary writedowns of impaired assets. **Accounting Horizons**, v. 6, p. 30-41, 1992.